

# O feminino em disputa: a aliança neoliberal-conservadora nos discursos do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro

*The feminine in dispute: the neoliberal-conservative alliance in the discourses of the Ministry of Women, Family and Human Rights in the Bolsonaro government*

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues<sup>a</sup>,  
Camila Carolina Hildebrand Galetti<sup>b</sup>

**Resumo** A proposta deste trabalho consiste em analisar como o antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), construiu discursos em torno dos papéis sociais reservados às mulheres e naturalizados pelo patriarcado, especialmente em relação ao cuidado, ao espaço privado, à educação e ao trabalho reprodutivo. Partindo de uma discussão que considera a aliança neoliberal-conservadora, na qual a representante da pasta, Damares Alves, aparece como uma das maiores representantes do bolsonarismo, buscamos explorar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos atrelados às políticas públicas do ministério. Amparadas na teoria feminista e nos estudos da ascensão da extrema-direita, analisamos os discursos proferidos pela ex-ministra Damares Alves entre os anos de 2019-2021 e a sua atuação, a fim de compreender o impacto de tal aliança sobre as mulheres durante o que tem sido chamado de bolsonarismo. Como um dos principais resultados, percebemos que a pavimentação de governos autoritários está totalmente entrelaçada com o lugar que a mulher ocupa nesse modelo de sociedade, logo, o antifeminismo se evidencia.

**Palavras-chave** Antifeminismo. Direitos humanos. Extrema-direita. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

**Abstract** This paper analyzes how the former Ministry of Women, Family and Human Rights, under Jair Bolsonaro's government (2019-2022), constructed discourses around the social roles reserved for women and naturalized by patriarchy, especially about care, space private sector, education and reproductive work. Starting from a discussion that considers the neoliberal-conservative alliance, in which the ministry's representative,

a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [egbrodrigues@gmail.com](mailto:egbrodrigues@gmail.com)

b Universidade de Brasília. E-mail: [cchgaletti@gmail.com](mailto:cchgaletti@gmail.com)

*Damares Alves, appears as one of the greatest representatives of Bolsonarism, we seek to explore the effects of meaning produced by the discourses linked to the ministry's public policies. Based on feminist theory and studies of the rise of the extreme right, we analyzed the former minister Damares Alves' discourses between the years 2019-2021, her performance in order to understand the impact of such an alliance on women during what It has been called Bolsonarism. As one of the main results, we realize that the paving of authoritarian governments is totally intertwined with the place that women occupy in this model of society, therefore, anti-feminism becomes evident.*

**Keywords** Antifeminism. Human rights. Far right. Neoliberalism. Neoconservatism.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou uma guinada à direita que teve muita influência no processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em março de 2015, novas formas de manifestações de massa irromperam nas ruas no Brasil, com características totalmente diferentes das de junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que convocaram, composição sociais etc. (Gohn, 2016, p. 138).

Nesse contexto, o grupo contrário enfatizava a corrupção nas empresas públicas, como a Petrobras, posicionava-se contra o PT e utilizou das mais diversas estratégias para exprimir essa oposição, sendo impulsionado principalmente por novos grupos de espectro ideológico de direita como o “Vem pra rua” (VPR), o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e “Revoltados on-line”, dentre outros. Conforme Gohn, a partir de 2013, tanto os movimentos clássicos quanto os novos perderam espaço para um novos tipos de sujeitos, o que pode ser considerado como “novíssimos”, que se caracterizam não apenas pela heterogeneidade em sua formação, mas pela formulação e defesa de pautas que chegam, em alguns casos, a ser contraditórias entre si. Além disso, devido às relações horizontais acarretadas pelo uso das mídias digitais, pelo fácil acesso à informação e divulgação dos atos, os novíssimos passaram a se organizar para contestar o *status quo* da política no Brasil, amparado sobretudo na agenda que perpassa a corrupção.

Com isso, as manifestações de 2015 trouxeram para as ruas novas camadas sociais, com novos repertórios de ação e de demandas nas ações coletivas, baseados principalmente em critérios e valores morais, apelo à ética e contra a corrupção (Gohn, 2016, p. 142). É possível afirmar que o golpe político de 2016, no Brasil, foi desferido a jato e contou em seu repertório com a misoginia à ex-presidenta Dilma e levou anos de preparação, contando com um trabalho de deslegitimação dos

governos eleitos, levado a cabo pela mídia e por institutos privados e movimentos destinados à disputa ideológica. Sobre esse aspecto, Biroli afirma que:

Em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional. Em jornais diários, a construção da presidente eleita em imagens que de certo modo anunciam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipava um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam maior espaço (BIROLI, 2018, p. 78).

Nesse cenário, mulheres atreladas a ideários conservadores e de extrema direita se consolidaram nas redes sociais, tornando-se porta-vozes do antipetismo e apresentando-se como uma suposta ‘nova-política’ representativa. É importante destacar que um dos fios condutores dos discursos impulsionados por esses atores e atrizes de extrema direita foi a reconfiguração do papel do Estado na produção de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Tal realidade, em que ocorre a ocupação do poder por grupos conservadores, engendra novos estudos sobre a representação feminina, compreendendo as mulheres amparadas no espectro ideológico da extrema-direita como figuras centrais, principalmente pelo fato de que, durante os períodos eleitorais, consolidaram-se discursos atrelados ao retorno dos papéis sociais reservados às mulheres e naturalizados pelo patriarcado: o cuidado, o espaço privado e o trabalho reprodutivo. Soma-se a isso o enfraquecimento das pautas relacionadas às mulheres no sentido de que tais pautas são consideradas menos importantes ou exageradas.

A proposta deste trabalho consiste, portanto, em analisar como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) construiu discursos em torno dos papéis sociais reservados às mulheres e naturalizados pelo patriarcado, especialmente em relação ao cuidado, ao espaço privado, à educação e ao trabalho reprodutivo. Partindo de uma discussão que considera a aliança neoliberal-conservadora, na qual a representante da pasta, Damares Alves, aparece como uma das maiores representantes do bolsonarismo, buscamos explorar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos atrelados às políticas públicas do ministério. Amparadas na teoria feminista e nos estudos da ascensão da extrema-direita, analisamos os discursos proferidos pela ministra Damares Alves entre os anos de 2019-2021, a sua atuação a fim de compreender

o impacto de tal aliança sobre as mulheres durante o que tem sido chamado de bolsonarismo.

Cabe destacar que compreendemos por bolsonarismo, um alinhamento eleitoral de direita no Brasil, fortemente associado a dimensões de uma agenda conservadora, incluindo uma visão de mão dura no combate ao crime, uma forte reação culturalista a propostas progressistas de gênero, liberalismo econômico, contrário a políticas de inclusão social baseadas em cotas” (RENNÓ, 2022).

Apesar de Jair Messias Bolsonaro ter perdido a corrida eleitoral em 2022 para o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, o Partido Liberal (PL) (de Bolsonaro) elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados, um total de 99 parlamentares. O que evidencia o quanto galopante está a influência da extrema direita no Brasil, demonstrando, assim, a relevância de se debruçar sobre o impacto desse fenômeno nas disputas acerca de categorias que são caras à teoria feminista.

O artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta a trajetória da ex-ministra Damares Alves, sua representação no meio evangélico brasileiro e as categorias mobilizadas em seu discurso na produção de mecanismos de controle social e moralização. A segunda seção aborda como é construída a categoria mulher a partir da lógica neoliberal e como isso influencia nas subjetividades femininas. A terceira e última discute como se pavimenta a laicidade à brasileira e toda a construção discursiva de liberdade religiosa a partir da discussão sobre os direitos humanos.

### **“TERRIVELMENTE CRISTÃ”: CONHECENDO DAMARES ALVES, MINISTRA DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO BOLSONARO**

Era uma noite de terça-feira, dia 1º de janeiro, quando Jair Messias Bolsonaro tomou posse como Presidente da República e nomeou formalmente seus ministros, após eleições marcadas por *fake news* e discursos de ódio, que atingiram sobretudo mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados ou sub-representados. Das 22 cadeiras de ministérios, apenas duas foram ocupadas por mulheres: uma na pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, e outra na da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Alves.

Aquele início de semana também marcou o começo de uma nova fase da história brasileira, que a ministra Alves chamou de uma “nova era”. Embora ela se referisse a uma questão específica relacionada às relações de gênero, na qual

“menino veste azul e menina veste rosa” (Folha de São Paulo, 2019a, n/a), o discurso versava sobre um projeto muito maior de governo. A fala, proferida após o evento de transmissão de cargo dos ministérios, no dia 2 de janeiro de 2019, foi captada em um vídeo no qual Alves comemorava com apoiadores a chegada de Bolsonaro ao poder, logo depois de seu discurso de posse, em que afirmava que “menina será princesa e menino será príncipe” (Folha de S..., 2019a, n/a).

No entanto, foi a declaração de que “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (Vivas, 2019, n/a) que parece ter trazido a ideia que resumiria as ações nos próximos anos à frente do ministério, tornando-se não apenas uma das falas mais conhecidas de Alves, como também a ideia resumida da razão que inspiraria suas ações nos próximos anos à frente do ministério. Essa era a primeira vez que a ministra falava publicamente para a população em nome do governo. A despeito das reportagens e entrevistas após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, à época como uma indicação apoiada pela bancada evangélica, Alves era uma figura até então de pouca visibilidade pública, embora fosse bastante conhecida na cena política conservadora, especialmente em Brasília, e nos círculos evangélicos do país.

Com uma vasta experiência prévia como advogada e assessora parlamentar atuando nos bastidores de projetos de políticos da bancada evangélica, Damares Alves liderou uma pasta de grande impacto na construção de políticas públicas do governo, em tese voltada para grupos marginalizados e populações mais vulneráveis. Com a nova estrutura apresentada em 2019, em que ao título foram acrescidos os termos “mulher” e “família”, Alves declarou, em abril do mesmo ano na Câmara dos Deputados, que “Bolsonaro chama a sociedade para uma releitura sobre direitos humanos. Existia uma falsa ideia no Brasil de que direitos humanos era uma ONG na porta da cadeia defendendo bandido” (Vito; Prado, 2019, n/a).

Mesmo que seus discursos evocassem análises que a situavam em um quadro de fanatismo religioso, a ministra demonstrou estar plenamente alinhada à racionalidade política do governo em sua chave neoliberal, sempre articulando seus enunciados a uma gramática secular de direitos amparada na noção de liberdade individual. É nesse sentido que, a nosso ver, em acordo com Trigueiro (2019), não parece razoável localizar Alves e seu projeto ministerial em uma ala ideológica em oposição a uma técnica, até porque o projeto econômico do governo esteve desde sempre ancorado em uma ideologia política bem definida.

Ademais, seu profundo conhecimento de leis e normas jurídicas associado a uma articulação política bem desenvolvida e um ativismo religioso contínuo foram aspectos fundamentais para o avanço e aceitação dos projetos do mistério

de Damares Alves, bem como o crescimento de sua popularidade, em relação àqueles promovidos por super ministros como Sérgio Moro (à época desligado do cargo) e Paulo Guedes, que seguiu sem ganhos significativos durante o mandato de Bolsonaro.

Segundo Bulgarelli (2019), o trunfo de Damares Alves esteve em sua capacidade de reunir distintos grupos de base conservadora para além apenas dos evangélicos. A comunicação acessível e a simplificação de seus argumentos para um público bastante diversificado tornaram sua imagem muito mais simpática do que outros atores do governo, que se valiam de linguagem militar ou excessivamente técnica. Ela era fiadora de seu discurso, o que o pesquisador explica da seguinte forma: “É curioso também notar que a Damares de certo modo é representante do seu próprio discurso. Ela age como uma espécie de reserva moral do governo, nesse sentido de aconselhar, de dar broncas como uma mãe” (Bulgarelli, 2019, n/a).

Filha de um pastor evangélico da Igreja Quadrangular, Damares Alves nasceu em Paranaguá, no Paraná, mas viveu sua infância em alguns estados do Nordeste devido à profissão do pai, pastor evangélico. Sob sua influência, tornou-se pastora, primeiro da Quadrangular e depois na Igreja Batista de Lagoinha, em Belo Horizonte, a qual ela é atualmente ligada. Com uma filha indígena, cujo processo de adoção foi motivo de muita polêmica, Alves começou a atuar na causa indígena em 1999, quando trabalhou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) responsável por investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai), o que é igualmente tema de muitas controvérsias motivadas pelas ações de Alves em prol da criminalização de práticas tradicionais indígenas, a tentativa de evangelização dessa mesma população e a promoção de informações falsas ou distorcidas sobre o assunto (Coletta, 2018).

Alves se graduou em direito pela Faculdades Integradas São Carlos (Fadisc), quando foi morar no interior de São Paulo, conquistando a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e trabalhando posteriormente na Secretaria Municipal de Turismo de São Carlos, São Paulo. Mais tarde passou a trabalhar como assessora parlamentar de políticos da bancada evangélica, atuando também como assessora jurídica na Câmara dos Deputados por mais de 20 anos, onde obteve maior influência política quando trabalhou para o deputado Magno Malta (PL), antigo aliado de Jair Bolsonaro.

Militante antiaborto e antigênero, defendendo reiteradamente que a esquerda quer corromper os valores familiares e doutrinar crianças e adolescentes, Damares Alves fez parte do evento de fundação da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), cujo lema é “a “Defesa das Liberdades Civis Fundamentais”, em

especial, a Liberdade Religiosa, de Expressão e a Dignidade da Pessoa Humana” (Anajure, s.d, n/a). Fundada em 2012, no Congresso Nacional, a entidade tem atuado fortemente na defesa de pautas de grupos políticos evangélicos, o que apenas se intensificou com o governo Bolsonaro.

Nesse sentido, analisar o discurso de Damares Alves em uma perspectiva religiosa ou unicamente sob a chave de uma ideologia política se mostra insuficiente. Mesmo porque o sentido de religião que estamos abordando aqui coloca em xeque a separação entre religião e política como diferentes campos que se organizam segundo estruturas – estruturantes e estruturadas – bem definidas. Nossa leitura de religião como um fenômeno fundamentalmente público, organizador de sentidos em constantes disputas, permite-nos olhar para o cenário político atual onde a religião se torna agente e objeto de controvérsias como um espaço em que a hegemonia é ao mesmo tempo, questionada e reforçada.

Essa hegemonia, sustentada sob os pilares do Estado de direito, nunca foi o inverso do religioso, mas seu próprio espelho. Antes de se tornar ministra, Alves era uma agente de pouco prestígio público, uma ativista religiosa e política que lutava em causas de uma minoria cristã, mas sempre muito proselitista. Quando Damares Alves afirma que “essa ministra é terrivelmente cristã”, a despeito do Estado que “é laico”, como ressalta, ela não está se comunicando apenas em termos religiosos, mas igualmente políticos, pois as disputas em espaços – supostamente – seculares exigem performances públicas – conforme as regras do jogo democrático – por parte de seus agentes.

Como explica Burity (2020), a ascensão de uma minoria cristã, marcadamente da direita evangélica, a cargos de influência e poder político – antes ocupados por um certo catolicismo hegemônico – constituiu uma transformação da forma como a moralidade cristã passou a ser representada em espaços supostamente seculares, visto se tratar de uma mudança de posição, do antagonismo político ao centro do tabuleiro, onde era possível não somente propor leis como definir as regras do jogo. Foi assim que, segundo o autor, a ideia ecumênica conservadora de uma “maioria cristã” ganhou força com a direita cristã neoliberal e neoconservadora após o impeachment de Dilma Rousseff. Esse é o contexto em que o discurso de uma agente política “terrivelmente cristã” ganha sentido, no qual a compreensão de “povo evangélico no Brasil” é transformada em “o povo brasileiro como evangélico” (Burity, 2020). Em outras palavras, para a direita cristã que ascende ao poder com o bolsonarismo, o *povo de Deus* equivale ao *povo brasileiro* (Burity, 2020).

Mais tarde, em entrevista à Deustche Welle (?), Damares Alves (2020, n/a) retomou esse ponto ao afirmar que “é o momento de a igreja ocupar a nação”.

Contudo, seu discurso estava mais articulado a uma gramática secular dos direitos humanos, que aponta o trabalho das igrejas – tanto católicas como evangélicas, mas sobretudo estas últimas – como uma *linha auxiliar* do Estado na construção de programas de assistência social. A esta ideia se articulava a centralidade da família no projeto de governo de Bolsonaro, no qual, segundo afirmou Alves já em seu primeiro discurso como ministra, “todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. A família vai ser considerada em todas as políticas públicas” (Vivas, 2019, n/a).

O projeto de transformação, que a ministra costumava associar à colaboração das igrejas cristãs, estava fundamentado na manutenção de hierarquias de classe, gênero e raça, mas de uma forma mais sofisticada que nos pensamentos ortodoxos do conservadorismo e do liberalismo tradicionais. É disso que tratavam seus discursos sobre os valores familiares que precisavam ser restaurados: transformar por fora e manter as estruturas por dentro. E o mais importante: privatizar responsabilidades públicas em nome de um significante esvaziado de liberdade, tornando o Estado um agente responsável pelo controle e manutenção dessas privatizações – e das desigualdades que elas acarretam.

É nesse cenário que Damares Alves ganhou visibilidade, articulando ideais conservadores a uma racionalidade política ancorada no projeto neoliberal de Estado. Em seus discursos, Alves costumava construir argumentos simplistas para problemas estruturais, além de resumir conflitos de interesse a uma questão econômica de empregabilidade ou salários. É como a ministra se referia às feministas, por exemplo, ao afirmar que “tem pautas feministas que eu abraço. Por exemplo: salários iguais entre homens e mulheres e luta contra a violência. Se for para eu e as feministas irmos para as ruas de braços dados contra isso, eu vou. Mas sem o exagero de seios à mostra” (Ohara, 2019, n/a).

Embora as análises sociais enfocassem na inclusão da categoria “mulher” na nova nomeação do ministério para explicar as formas de subjugação das mulheres a uma compreensão excludente e dogmática de gênero, é a categoria “família” que, a nosso ver, parece articular melhor determinados indivíduos a posições sociais de sujeição. Isso porque a essa “mulher”, no singular, se liga uma leitura de “família” como sujeito de direito, que, como tal, destina às mulheres a papéis sociais pré-determinados – e predestinados, se pensarmos na configuração religiosa desse governo – de gênero. São aos valores familiares que essa “mulher” responde, não o contrário.

Alocar a mulher como categoria central para analisar as relações de produção só é possível porque é justamente na sociedade capitalista em que emerge a figura

da família como estrutura de subjetivação da classe trabalhadora e domesticação dos corpos a partir da divisão sexual do trabalho (Federici, 2017). Ao criar a família e o salário familiar como elementos de reprodução social, o capitalismo vai precarizar duplamente a vida das mulheres proletárias, tornando-as, ao mesmo tempo, dependentes e subjugadas a um trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado.

A família, então, longe de ser um espaço de realizações pessoais, passa a se tornar efetivamente uma prisão para muitas mulheres (Federici, 2017). O Estado terá uma função importante nesse processo ao produzir mecanismos de controle social e moralização do sofrimento ocasionados pelas desigualdades. É neste ponto preciso que a religião – e mais propriamente o cristianismo – vai operar como um grande aliado estatal, no sentido de potencializar os papéis pré-estabelecidos às mulheres, não os questionando e reforçando as narrativas que subjugam o feminino.

### **A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DA MULHER COMO SUJEITO DE DIREITO (E DEVER): CONTROVÉRSIAS SOBRE CORPO, CUIDADO E TRABALHO REPRODUTIVO**

Com a ascensão de governos neoconservadores e de extrema-direita a nível global, percebeu-se que a maior investida tem sido em caracterizar os movimentos sociais como inimigos da sociedade, assim como a naturalização das diferenças raciais/étnicas, sexuais e econômicas. Isso se evidenciou no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) como já mencionado anteriormente a partir da composição dos ministérios, sobretudo pelo MMFDH, esse que tinha como projeto político o enfrentamento aos movimentos sociais.

Essa diferenciação se evidencia no entendimento sobre a condição feminina a partir da lógica neoliberal-neoconservadora. Por um lado, ela encerra o diálogo com a agenda feminista e combate o movimento tendo como estratégia a demonização de suas lutas. Por outro, se ampara na lógica de que o sujeito feminino precisa ser socializado e construído por meio de hábitos e práticas disciplinares (Oksala, 2019).

Sobre esse último aspecto, cabe destacar que, nos últimos anos, tem-se ampliado o ideário normatizador do feminino a partir do que é chamado de feminismo neoliberal, o qual se alinha com práticas de governabilidade que visam neutralizar a autonomia feminina nos aspectos econômicos, sociais e culturais. O aspecto do excesso de livre escolha é essencial para a compreensão de como o poder é mobilizado nessa lógica. Afinal, o sujeito neoliberal é livre, autônomo, totalmente responsável por navegar pelo domínio social e qualquer responsabilidade de fracasso recai em si mesmo (GALETTI, 2024). As relações são pautadas a partir da individualização e das supostas escolhas dos indivíduos.

A partir dessa lógica, a noção de desigualdade de gênero é respondida por meio de uma retórica neoliberal que demanda autorresponsabilização e individualização das ações para a igualdade. Sob esse aspecto, Melinda Cooper (2017), desmonta a ideia de que o neoliberalismo é um regime amoral ou inclusive anti-normativo, mostrando quais tipos de afinidade existem entre a promoção da família heterossexual como unidade básica da vida social e a reificação do papel tradicional das mulheres nessa estrutura (Gago, 2020, p. 169). Dessa maneira, há uma forte desresponsabilização do Estado, fazendo com que a família assuma a responsabilidade pelo cuidado, refletindo um modelo específico de família dentro do neoliberalismo. Esse contexto também reforça uma hierarquia de merecimentos com relação à obrigação das mulheres segundo seus papéis na família patriarcal: ter filhos, cuidar, escolarizá-los, fortalecendo assim um modelo familiar heteronormativo (Gago, 2020).

Em relação à produção neoliberal das mulheres, os direitos e deveres dessas, há uma diversificação das hierarquias capitalistas, e isso se reflete nas relações entre as mulheres e o corpo, o cuidado, o trabalho produtivo *versus* improdutivo. Tudo corrobora para a conservação e manutenção do capitalismo e nesse escopo se constrói uma nova subjetividade que abarca as três questões citadas - corpo, cuidado, trabalho. Como definido por Dardot e Laval (2016, p. 31), essa relação trata da

[...] construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais.

Tais modos de agência se evidenciam ao analisar o governo Bolsonaro e a gestão desse no que diz respeito às pautas que atravessam as mulheres nas mais diversas camadas. No que tange o trabalho produtivo e reprodutivo, isso se manifesta de inúmeras formas, na construção do ideário de que o teto de vidro foi quebrado e, com isso, as mulheres conseguem se inserir nos mais inúmeros ramos empregatícios, principalmente os empresariais. A ex-ministra afirmou que,

“Todos vocês sabem que tenho uma posição muito clara quanto à ideologia de gênero”, afirmou, em audiência da Comissão de Seguridade Social e Família,

na Câmara dos Deputados. “Nós não estamos brigando contra a igualdade de salário entre homens e mulheres. Por que eu fui pra esse debate da ideologia de gênero? Porque os médicos me provocaram” (ALVES, 2019).<sup>1</sup>

Em outro momento, Damares foi questionada sobre o gabinete de Bolsonaro, que tem apenas duas ministras em meio a 22 ministérios (e órgãos com status de ministério). “Ele escolheu pelo perfil técnico e o trouxe pessoas que ele conhecia”, des conversa. “Mas, no segundo escalão, ele pode escolher com mais calma.”<sup>2</sup>

Tal lógica não leva em consideração as questões atreladas à raça/etnia, sexualidade, classe social e os atravessamentos, até porque como Arruzza et al. (2019) argumentam, essa possibilidade de ascensão profissional só possível para mulheres com elevada escolarização – majoritariamente brancas - que desfrutam das possibilidades de almejar altos cargos empresariais.

Como afirma Vergès (2020), é nítido o quanto as transformações do capitalismo ofereceram uma oportunidade decisiva para a exploração de baixos salários e para a precarização, sobretudo por meio da feminização em escala mundial, dos empregos subqualificados (p. 69). Tal contexto potencializa a terceirização do trabalho reprodutivo, de cuidado, esse que compreende o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente (Federici, 2019, p. 20).

Essa cartografia só potencializa as desigualdades de gênero, pois, se ampara principalmente na ideia de transformar as mulheres em um sujeito social homogêneo, não levando em consideração as questões de raça/etnia, classe e sexualidade.

Além disso, a lógica neoliberal aumenta tanto a exploração feminina como também reproduz uma disciplinarização dos corpos e papéis femininos. A narrativa religiosa se soma a esse contexto, disputando a categoria mulher a partir do Estado, e isso, se vislumbra na atuação da Ministra Damares Alves no governo Bolsonaro, como veremos no próximo tópico.

## **ESTADO LAICO E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA LIBERDADE RELIGIOSA COMO DIREITO HUMANO**

Como vimos, os enunciados proferidos por Damares Alves sobre a mulher dialogam com uma razão de mundo neoliberal que tem suas bases assentadas no conservadorismo moral. O discurso mobilizado em suas falas faz transparecer uma

1 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/debate-sobre-genero-provoca-sofrimento-em-jovens-diz-damares>

2 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>

tentativa de borramento dos limites do Estado Laico, que, é importante ressaltar, não implica em menos religião (Montero, 2018), mas um reposicionamento do religioso na esfera pública e na sua relação com o Estado.

Falar em Estado Laico, nesse sentido, não diz respeito apenas à separação daquilo que é público do que é privado, mas de como são construídas essas diferenças a partir de um sistema de pensamento específico e que, no caso do bolsonarismo, reflete uma aliança entre neoliberais e conservadores morais. O marco da secularização não implicou a privatização da religião, mas tão somente a reorganização de sua relação com as estruturas políticas que, em sociedades capitalistas, assumem a forma do Estado. Ao retomar a noção de *religião pública* de Casanova, que expressa a atuação de instituições religiosas em diferentes arenas políticas da esfera pública moderna, para pensar a relação contemporânea entre religião e política, Montero (2018) explica como a *desprivatização da religião* é, nesta teoria, intrínseca ao fenômeno religioso moderno como “processo simultâneo de repolitização da esfera religiosa e moral e de renormatização das esferas públicas econômicas e políticas” (Montero, 2018, p. 27).

Embora o conceito de *desprivatização* seja problemático do ponto de vista histórico, assim como o de *religião pública*, supondo que as religiões estiveram em algum momento fora da vida pública (Montero, 2016), ele é bastante eficaz para explicar estratégias de grupos religiosos que usam a linguagem jurídica-secular como recurso para defender e legitimar as liberdades de expressão, de crença e outros direitos civis, como a propriedade privada, frente à separação legal entre Estado e Igreja, bem como a hegemonia católica. Mas não só. Pensando na linguagem secular de direitos criada sob a égide do catolicismo, a noção de *religião pública* nos permite olhar diretamente para os processos de visibilização e presença pública de religiões minoritárias que questionam o referente católico. Isso porque as diferentes formas de presença pública das religiões ocorrem no interior de uma ordem jurídica estatal ancorada nos princípios da laicidade (Giumbelli, 2018). Nesse sentido, concordamos com Montero (2018, p. 34) para quem “o ponto forte da noção de religião pública de Casanova é a proposição de que os processos de secularização não necessariamente redundam em menos religião”.

A atuação da direita cristã, da qual Damares Alves tem sido uma importante representante, demonstra como a religião, longe de se recolher ao espaço privado da vida individual, é objeto de disputa e reconhecimento no espaço público. Se o paradigma clássico da secularização sugere ser possível a total separação entre religioso e secular a partir da instituição do Estado Laico e como reflexo da modernização, é porque ele parte de uma visão ocidentalizada da vida pública e cívica, de feição

liberal e ancorada na ideia de Estado-nação, que insiste em organizar as crenças religiosas a partir da contraposição entre razão e emoção, público e privado. Mas essa tese caiu por terra, não apenas porque a separação entre sagrado e profano está sujeita a grandes contradições, como também por se tratar de um processo bastante heterogêneo em todo o mundo, especialmente quando pensamos no Sul Global (Montero, 2018).

No Brasil, por exemplo, embora a promulgação do Estado Laico tenha ocorrido na constituição de 1891<sup>3</sup>, sob certo protesto da Igreja Católica, que passou a se constituir como marco cívico da sociedade brasileira, a relação entre religião e política nunca deixou de existir, apenas adquiriu outras formas.

De acordo com Montero (2016), a separação entre Estado e Igreja (Católica) ainda teve como marco a produção de novas religiões, o que se efetiva com a primeira liberdade conferida como direito civil: a religiosa. Isso não significou o pleno exercício de um pluralismo, pois a compreensão de religião continuou a ser objeto de controvérsias jurídicas e políticas, visto que seu marco conceitual estava assentado sobre a instituição do catolicismo. Este fundamentava o reconhecimento do que podíamos entender como práticas religiosas, sendo tudo o que não se enquadrava nos parâmetros de organização católica considerado seitas ou religiões mágicas, o que ainda hoje pode ser observado em acusações de feitiçaria, charlatanismo, curandeirismo etc.

Quando pensamos o campo evangélico, que se constitui por uma multiplicidade de correntes e denominações do cristianismo protestante, a falta de reconhecimento de suas práticas como religiosas – muitas vezes entendidas puramente em termos de mercado – e a oposição ao catolicismo gerou uma série de problemas e, consequentemente, estratégias de publicização e visibilidade pública.

Ao contrário da Igreja Católica, os evangélicos têm suas práticas fetichizadas e compreendidas como exóticas, irracionais e, não por acaso, são constantemente apontados como um dos maiores problemas da política nacional contemporânea, sobretudo quando passaram a assumir parcelas consideráveis de cargos públicos nos três poderes. Mais uma vez, o problema é compreendido em termos de costume, não de política. Assim, os evangélicos foram sendo construídos como principal inimigo público da democracia. Isso não quer dizer que as igrejas evangélicas, ao menos uma parte delas, não se identifiquem também com o conservadorismo

---

3 Com a instituição do Estado republicano, em 1889, foi publicado já em 1890 o decreto 119-A que conferia ao Brasil o caráter de um Estado laico. Isso foi aprimorado com a constituição de 1991.

moral<sup>4</sup>, mas não devemos esquecer que elas representam uma parcela bem menor que a dos católicos na população brasileira (IBGE, 2010), o que se estende para a política partidária. O mesmo podemos dizer em relação à racionalidade neoliberal, que ao contrário de uma ética negativa, o catolicismo historicamente tem atuado como uma das bases da reprodução moral das desigualdades (Hinkelamert, 1991) e da lógica sacrificial do capitalismo (Brown, 2018).

Podemos falar em um tipo de laicidade à brasileira que nos é tão particular como a aliança neoliberal-conservadora no processo de repolitização conservadora da direita cristã (Kalil, 2020), que tem seu auge na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Para tanto, é preciso esclarecer o que estamos chamando de laicidade, uma noção que, segundo Mariano (2011, p. 244),

recobre especificamente a regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.

Nessa linha, tanto os sentidos de religioso como de laico são objetos de muitas disputas, o que por vezes tem gerado confusões não apenas sobre os limites do religioso nos campos político e jurídico. É nesse sentido que Mariano (2011, p. 254) afirma que “a laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução”, tampouco que “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política”.

Um tema recorrente nas falas de Damares e no sector de seus seguidores era a educação das crianças, que, defendia, era corrompida pelos governos de esquerda através daquilo que chamava “ideologia de gênero”, “sexualização infantil” e “marxismo cultural”. Ao construir uma narrativa baseada em revisionismo

4 O conservadorismo moral é uma das faces do neoconservadorismo, este fortemente amparado por perspectivas morais. Usamos essa expressão para enfatizar a questão de costumes, não se tratando de um conservadorismo econômico.

histórico e teorias da conspiração sobre os serviços públicos, Damares Alves e sua base aliada ofereciam supostas soluções a privatização destes, assim como o deslocamento das responsabilidades pelo cuidado dos mais vulneráveis do Estado para a família como sujeito de direito – e deveres –, cujas mulheres são, sempre, as mais prejudicadas.

A valorização da família e a ratificação de papéis de gênero têm uma função importante na expansão dessas ideias, ao desvalorizar o valor monetário do trabalho feminino ou, simplesmente, defende o trabalho doméstico e reprodutivo executado majoritariamente por mulheres como uma atividade do “amor”, uma “bênção divina” e, sobretudo, uma vocação.

É nesse contexto que podemos compreender melhor as alianças entre uma extrema-direita cristã e o bolsonarismo. Quando Damares Alves afirmou, em seu discurso de posse, que “essa é uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Vito; Prado, 2019, n/a), a ministra não apontava para a criação de uma norma de conduta ou vestimenta, ao contrário do que a mídia e a crítica pareciam indicar, acrescentando a isso uma leitura jocosa sobre Alves como mulher infantilizada e ideológica. A metáfora, que tem sua função no alargamento de sentido, tinha o objetivo de apontar para referentes tradicionais da sociedade patriarcal, branca e cristã brasileira, construindo sentidos muito mais conotativos do que denotativos. Ali se desenhava uma nova etapa da história brasileira em que agentes políticos conservadores em termos de costumes, aliados ao projeto neoliberal, atuariam como proponentes de políticas públicas para a legislação dos direitos dos cidadãos.

Apesar desta e de outras falas da ex-ministra apontarem para um universo lúdico, elas eram muito eficientes quanto à comunicação de suas ideias sobre o seu projeto político. Nesse sentido, articular uma ideologia conservadora em uma gramática jurídica dos direitos humanos tem sido uma tarefa muito bem desenvolvida por Alves, cujo projeto quando ministra era enunciado da seguinte forma:

Queremos direitos sexuais reproduzidos que garantam as mulheres o direito a métodos contraceptivos, nós queremos entregar para o Brasil um grande projeto de planejamento familiar, mas nunca vamos nos curvar diante das iniciativas para legalizar o aborto no Brasil. Nós queremos a mulher protegida e aborto não é proteção da mulher, é violência contra a mulher. O governo Bolsonaro tem como objetivo proteger as mulheres. Somos um governo pró-vida. Aborto não é solução, aborto não é direito. Direito que resulta em morte? Que direito é esse? (ALVES, 2021, n/a)

O bolsonarismo visa agir através da reestruturação dos valores tradicionais, o que constitui a base de seu conservadorismo moral, ao mesmo tempo em que reproduz a lógica de privatização do público e responsabilização de si através da promoção de um neoliberalismo à brasileira ancorado na lei e na ordem acima de tudo, em Deus acima de todos<sup>5</sup>. A retórica bolsonarista, na qual Damares Alves é uma das expoentes máximas, tem na figura da família o principal ponto de articulação entre o pensamento neoliberal e o conservadorismo moral, visto que privatizar as responsabilidades sob a justificativa das liberdades individuais de expressão e crença parece restituir justamente uma ordem tradicional onde às mulheres cabe o trabalho não remunerado e aos homens a disciplina do trabalho assalariado.

Ao renomear o antigo Ministério dos Direitos Humanos, acrescentando as categorias Mulher e Família em sua nova versão, o governo Bolsonaro não sinalizou apenas para ações que visavam garantir o direito dos cidadãos como um todo, como gostava de falar (em 2019, o ministério lançou a campanha “Direitos Humanos para todos” com a intenção, segundo Damares Alves, de “proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos” (Augusto, 2019, n/a). O que estava posto nesta nova configuração do ministério, mas também da política bolsonarista, era a exclusão, pois é disso que trata essa “mulher” e essa “família” no singular, dos sentidos que esses significantes evocam para um determinado grupo político.

Com isso, o antifeminismo é uma chave tão importante para entender o bolsonarismo quanto o antiintelectualismo, como sugerido proposto por Fassin (2020), na medida que a agenda antigênero une esses dois aspectos, que fazem parte de um processo mais longínquo de disputas em torno de categorias como família, mulher e direitos humanos. O antifeminismo na contemporaneidade tem mostrado a recente apropriação de conceitos feministas, pavimentando uma disputa de narrativas do que se compreende por feminilidade, família, ser mulher e todas as camadas que englobam esse debate (GALETTI, 2024, p.97).

Se observarmos o enfrentamento explícito de parlamentares antifeministas eleitas em 2018 e que eram parceiras da ex-ministra Damares Alves, aos movimentos feministas e às disputadas de narrativas através de conceitos como “família”, “feminilidade”, “trabalho”, “cuidado”, o que se estabelece no atual cenário é uma tentativa de ampliação dessas vozes na esfera da política a partir

---

5 Analogia à bandeira brasileira, cujos dizeres são Ordem e Progresso, e ao slogan de campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

da disputa de gramáticas que são caras aos feminismos, porém mobilizando os direitos conquistados pela agenda feminista há décadas. Nesse escopo, a questão geracional denuncia também as inúmeras formas e ferramentas mobilizadas para se estabelecer tal confronto (Ibidem).

Um dos primeiros ganhos dessa luta, apoiada fortemente por Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi a retirada da palavra *gênero* do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (Kalil, 2020). O neoliberalismo bolsonarista – ao qual o MMFDH se projetou – vai se configurar, assim, por algumas características que falam não apenas de sua aliança com o neoconservadorismo, mas com o fascismo: ressentimento, antiintelectualismo e antifeminismo.

Se, por um lado, pesquisadores que estudam gênero são acusados de obscurecerem a linguagem para ofuscar uma suposta realidade natural de sexo – até divina, dependendo do espectro político –, deslegitimando o saber científico por não ser ancorado em uma “realidade” da natureza, o que evoca um léxico por si só contraditório (Fassin, 2020), por outro, busca-se remodelar o entendimento sobre o que é ser intelectual. Aqui temos vários exemplos de títulos inexistentes criados por pessoas indicadas por Bolsonaro a cargos importantes da administração pública, cujo mais emblemático parece ser o de Damares Alves, que se autonomeou “mestre em educação” e “em direito constitucional e direito da família”, títulos acadêmicos que ela nunca teve (Folha de S., 2019b, n/a). A resposta concedida pela ministra quando questionada sobre o assunto fala muito sobre a disputa de sentidos hoje em curso: “Diferentemente do mestre secular, que precisa ir a uma universidade para fazer mestrado, nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico” (Folha de S., 2019b, n/a).

Sumarizando, ficou latente como se pavimentavam as disputas de narrativas acerca dos embates protagonizados pelo MMFDH, principalmente na figura da ministra Damares, no que dizia respeito às agendas antigênero e antifeminista, que se apresentavam como fios condutores da agenda desses atores e atrizes da extrema-direita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da discussão realizada a partir da análise da aliança entre neoliberalismo e conservadorismo, a partir dos discursos produzidos pelo MMFDH, foi possível cartografar o estabelecimento de um governo que tem como um dos principais fios condutores a disputa acerca do feminino e uma agenda antigênero bem evidente. A partir da figura da ex-ministra Damares Alves, é possível compreender

o entrelaçamento entre moralidade religiosa conservadora e racionalidade política neoliberal e como isso impactou nas políticas públicas voltadas para as mulheres no governo Bolsonaro, sobretudo nos debates acerca do trabalho reprodutivo e de cuidado. Os invisibilizando ou atribuindo ao feminino toda a responsabilidade de tais trabalhos, como exclusivamente destinados a esse sexo.

As disputas em torno da categoria família se pavimentam nesse escopo analítico também. Como podemos ver, a mulher assim como a família passam a se constituir, ao mesmo tempo, como sujeitos de direito e de deveres, bem como propriedade privada, cuja responsabilidade pela manutenção da vida passa cada vez mais a ser deslocada do Estado para os indivíduos. O núcleo familiar torna-se uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizem com os seus. De acordo com essa lógica, a família funciona como rede de proteção, reservatório de disciplina e estrutura de autoridade (Brown, 2019, p. 114).

Com isso, o entrelaçamento entre neoliberalismo e conservadorismo se materializa de diversas formas, principalmente a partir das compreensões acerca das ideias e das expressões propagadas por esses atores e atrizes, como por exemplo o conceito de empoderamento, citado no decorrer desta análise que tem sido mobilizado de inúmeras formas, chegando às políticas públicas, mas de uma forma abertamente liberal. Isso se vislumbra principalmente na figura da ministra Damares, quando essa em uma entrevista, questiona: “tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?” (Senra; Kriezis, 2019, n/a).

Todos esses discursos e políticas giram em torno da responsabilização do sujeito e do esvaziamento do papel do poder público sobre os mais vulneráveis, tornando palatável para os indivíduos, pois ele não confronta as violências que são conservadas cotidianamente e atravessam principalmente as múltiplas mulheres.

Apesar de Jair Bolsonaro não ter tido êxito nas eleições presidenciais de 2022, sua figura foi essencial para que deputadas e deputados de extrema direita fossem eleitos e reeleitos tornando assim o Partido Liberal com a maior bancada no Congresso Nacional. Figuras que romperam com Bolsonaro e o bolsonarismo como, Joice Hasselmann (SP), Profa. Daiane Pimentel (BA), não foram reeleitas. Demonstrando assim que a partir do momento que há rompimento com a ideologia da extrema direita, essas não possuem mais espaço em tais governos, sendo consideradas até mesmo como traidoras.

Por fim, percebemos que a pavimentação de governos autoritários está totalmente entrelaçada com o lugar que a mulher ocupa nesse modelo de sociedade, nas disputas de narrativas e principalmente na evidência de um antifeminismo latente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Damares. (2021). 'Aborto não é proteção para mulher, é violência contra a mulher', diz Damares Alves. [Entrevista concedida a] *Jovem Pan*, Direto ao Ponto, São Paulo, 21 mai. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/direto-ao-ponto/aborto-nao-e-protacao-para-mulher-e-violencia-contra-a-mulher-diz-damares-alves.html>. Acesso em 24 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. (2020). "É o momento de a igreja ocupar a nação", diz Damares Alves. [Entrevista concedida a] Karina Gomes, *DW*, Brasil, Genebra, 28 fev. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550>. Acesso em: 01 set. 2021.

ANAJURE. QUEM SOMOS. *ANAJURE*, Institucional, Brasília, s.d. Disponível em: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 set. 2021.

AUGUSTO, Otávio. (2019). Damares cria programa de proteção à família e aos direitos humanos. *Metrópoles*, Brasil, n/a, 11 set. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/damares-cria-programa-de-protacao-a-familia-e-aos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%*: um manifesto. São Paulo: Boitempo.

BIROLI, Flávia. (2018). Uma mulher foi deposta: sexism, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA.

BULGARELLI, Lucas. (2020). Entrevista: "Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político", diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Rosana Pinheiro-Machado. *The Intercept Brasil*, 1 set. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em 22 de fev. de 2020.

BURITY, Joanildo. (2020). The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Forum – Brazilian Political Science Review*, n. 15, v. 3, p. 1-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/K6WPj8yxktVRMQcqcxpWQFc/abstract/?lang=en>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BROWN, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

COLETTA, Ricardo D. (2018). Damares Alves, a militante antiaborto alçada a pastora de Bolsonaro na Esplanada. *El País*, Política, 7 dez. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/06/politica/1544130330\\_946126.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/06/politica/1544130330_946126.html). Acesso em: 11 ago. 2021.

COOPER, Melinda. (2019). *Family values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2019.

GOHN, M. da G. (2016). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 9<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2016.

DARDOT, Pierre; Laval, Christian. (2016) *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo: São Paulo.

FASSIN, É. (2020). 'Anti-gender campaigns, populism and neoliberalism in Europe and Latin America'. *Revue internationale et stratégique*, 3(3), [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/ris.119.0079>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FEDERICI, Silvia. (2017). *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

\_\_\_\_\_. (2019a). *O Ponto zero da revolução*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

\_\_\_\_\_. (2019b). O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici. [Entrevista concedida a] Úrsula Passos. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, n/a, 14 out. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2019A). 'MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA', diz Damares Alves. *Folha de São Paulo*, Poder, São Paulo, 3 jan. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em 15 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. (2019b). Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e direito. *Folha de São Paulo*, Poder, São Paulo, n/a, 31 jan. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml>. Acesso em 25 ago. 2021.

GAGO, Verônica. (2020). *A potência feminista ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante.

GALETTI, Camila. (2024). *Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema-direita na 56<sup>a</sup> Legislatura*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

GIUMBELLI, Emerson. (2018). 'A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil', *Religião e sociedade*, v. 28, n. 2, p. 80–100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.

HINKELANMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. Tradução João Rezende Costa. Revisão Iranildo B. Lopes. São Paulo: Paulus, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). *CENSO DEMOGRÁFICO 2010: RESULTADOS*. SÃO PAULO, Rio de Janeiro.

KALIL, Isabela. (2020). ‘Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo en el gobierno de Bolsonaro’. In: SANTANA, A. T. *Derechos en riesgo em América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Quito, Ediciones desde abajo, p. 35-54.

MARIANO, Ricardo. (2011). Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/9647/6619>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MONTERO, Paula. (2018). Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 19, n. 33, p. 15-39. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/88037/50553>. Acesso em: 24 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. (2016). “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/MnJYcxtPWnCcdFPwXnDJ8Qq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

OKSALA, J. (2019). O sujeito neoliberal do feminismo. In: Rago, M.; Pelegrini, M. (orgs.). *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas*. São Paulo: Intermeios. p. 115-138.

RENNÓ, Lucio. (2022). Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 147-163.

SENRA, Ricardo; Kriezis, Elisa. (2019). Damares Alves: ‘Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?’. *BBC*, 18 dez. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>. Acesso em: 13 ago. 2021.

TRIGUEIRO, G. (2019, December 28). O que a esquerda brasileira ainda não entendeu sobre a ministra Damares? *Época*. São Paulo. Coluna.

VERGÈS, Françoise. (2019). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu.

VIVAS, Fernanda. (2019). ‘Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã’, diz Damares ao assumir Direitos Humanos. *G1*, Política. 02 jan. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 01 Ago 2021.